

GUIA DO
ALUNO



UNICAMP

UNICAMP

EM DISCUSSÃO O ENSINO DE GRADUAÇÃO

A Unicamp tem sido incapaz de imprimir ao seu ensino de graduação as transformações que preconiza para o secundário

Processo de conscientização
do papel da graduação

Pág. 3

Graduação: uma questão de
estímulo e envolvimento

Pág. 4

NESTA EDIÇÃO

*Docência:
Ousadia nas
licenciaturas da
Unicamp*

Pág. 5

*Depoimentos de
docentes sobre a
questão das
aposentadorias*

Pág. 6

*Ossadas de Perus,
uma história
que o tempo
não apagou*

Pág. 7

*Reflexões sobre a
pós-graduação em
engenharia no
Brasil*

Pág. 8

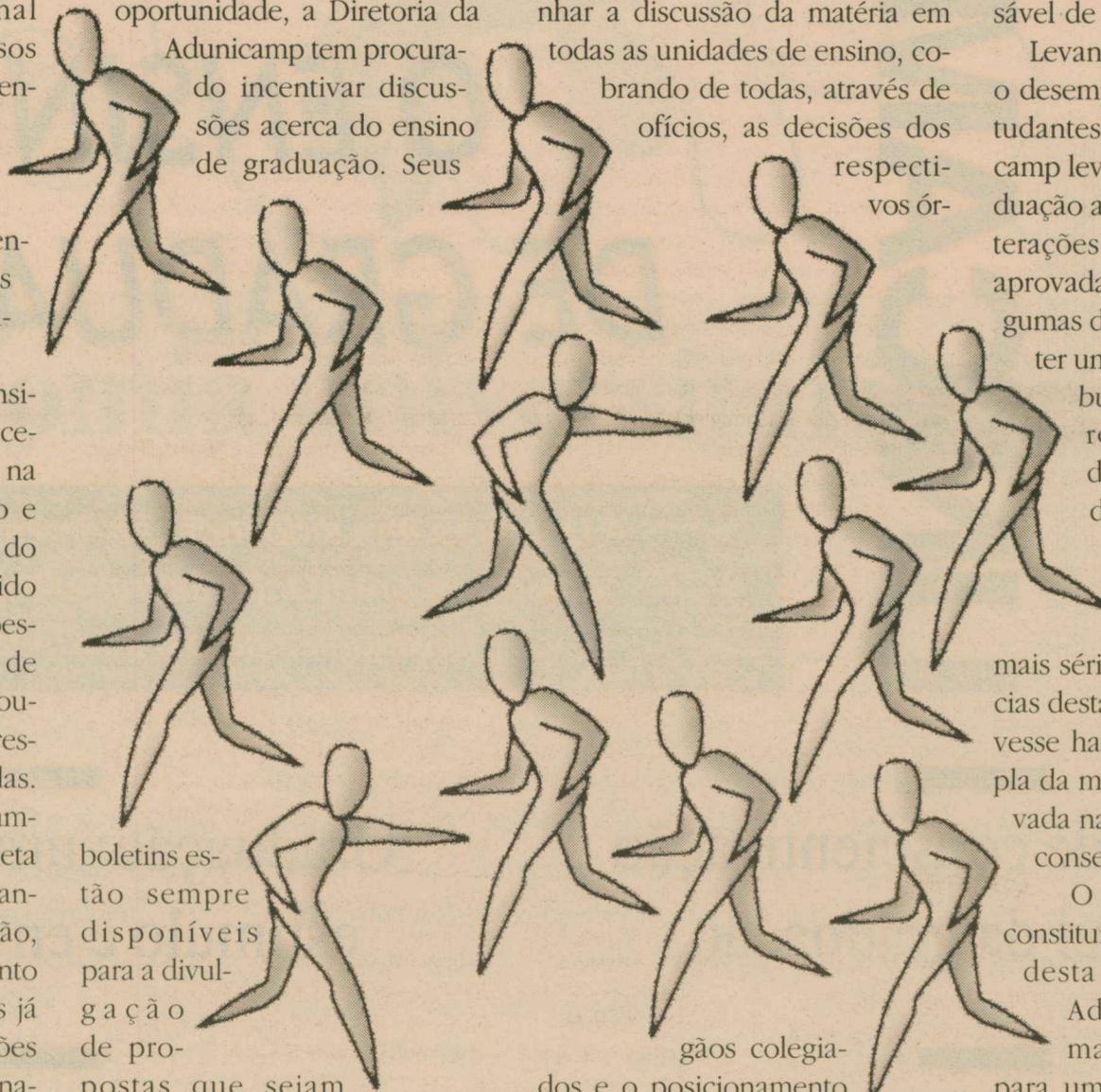
E DITORIAL**VALORIZAR O ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade - docência, pesquisa, extensão e prestação de serviços - o ensino de graduação constitui a função básica de formação profissional adequada de nossos estudantes. É justamente nisso que nos diferenciamos dos Institutos de Pesquisa - pela responsabilidade que nos é confiada de atender às expectativas daqueles que a cada ano são selecionados pelo nosso vestibular.

No entanto este ensino, considerado, a menos de raras exceções, uma atividade obrigatória na Unicamp, tem sua valorização e prestígio sensivelmente abaixo do peso que é usualmente conferido à publicações de trabalhos de pesquisa, orientação no ensino de pós-graduação e até mesmo outras atividades de extensão e prestação de serviços desenvolvidas. Nossa Universidade enfrenta também problemas sérios que, direta ou indiretamente, vem acarretando altos índices de reprovação, abandono de curso, trancamento de matrícula, problemas todos já identificados, mas sem soluções adequadas para o seu equacionamento e correção. Para piorar o quadro, a maioria das tentativas de abordagem do problema jamais consegue atingir o cerne da questão e as estatísticas seguem apontando o seu agravamento, sem que algo seja implementado

para apreciar a causa destes transtornos. Falta um diagnóstico claro que oriente medidas eficazes que venham substituir ações meramente paliativas, aqui e ali aplicadas sem a consideração da abrangência do problema.

Sempre que se apresenta a oportunidade, a Diretoria da Adunicamp tem procurando incentivar discussões acerca do ensino de graduação. Seus



boletins estão sempre disponíveis para a divulgação de propostas que sejam apresentadas no Conselho Universitário ou em suas Comissões Assessoras. É o caso do nosso Boletim nº 13 de 26/5/95, em que a Comissão de Política Universitária da Adunicamp recomendava a criação da função de professor

especialista fosse objeto de ampla discussão nas unidades de ensino, para que a decisão final pudesse ir além de meramente constituir um mecanismo de criação de mais uma situação excepcional no nosso quadro docente. A Comissão procurou também acompanhar a discussão da matéria em todas as unidades de ensino, cobrando de todas, através de

ofícios, as decisões dos respectivos órgãos colegiados e o posicionamento final de cada unidade sobre a questão.

Um outro aspecto vem gerando polêmica - a aplicação de questionário para avaliação das atividades de ensino de graduação de docentes. Incluindo a avaliação de

professores pelos estudantes, este processo tem caráter essencialmente subjetivo, carecendo mesmo de uma postura mais criteriosa que ofereça um diagnóstico confiável da atividade docente. Pairam sérias dúvidas acerca destes métodos como forma responsável de avaliação de docentes.

Levantamento de dados sobre o desempenho acadêmico de estudantes de graduação da Unicamp levou a Pró-Reitoria de Graduação a elaborar proposta de alterações no Guia do Aluno, já aprovada pela CCG e CEPE. Algumas destas alterações parecem ter um caráter punitivo, ao atribuir ao corpo discente a responsabilidade pelas deficiências que se pretende sanar. Em nosso Boletim nº 24 de 30/10/95, colocamos a necessidade de uma reflexão mais séria acerca das consequências destas alterações. Sem que tivesse havido uma discussão ampla da matéria, esta acabou aprovada na CEPE, em 7/10/95, sem conseguir a unanimidade.

O ensino de graduação constitui um dos temas principais desta edição do Jornal da Adunicamp, propiciando mais uma oportunidade para uma ampla discussão que contribua para um melhor entendimento do problema.

Esta edição do Jornal da Adunicamp trata também da questão das aposentadorias de docentes, apresentando ainda uma matéria sobre as Ossadas de Perus.

E X P E D I E N T E

Diretoria: Luís Carlos Guedes Pinto - Presidente; Ítala D'Ottaviano - 1ª Vice-Presidente; José Luiz Antunes O. Sousa - 2ª Vice-Presidente; Lúcia Pereira da Silva - 1ª Secretária; Sílvia Azucena Nebra de Pérez - 2ª Secretária; Marcela Haun - 1ª Tesoureira; Marlene Rita de Queiroz - 2ª Tesoureira; Lino Castellani Filho - Diretor Administrativo; Helena Costa Lopes de Freitas - Diretora de Imprensa.

Adunicamp - Associação de Docentes da Unicamp: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - fone: (0192) 39-1148 - **Jornal da Adunicamp Dezembro/1995:** Edição: Jornalista Marcos Cripa; Editoração eletrônica: Lettera - (0192) 42-9880; Tiragem 4.000 exemplares; Distribuição Gratuita. Nota: Esta edição contou com a colaboração dos professores Carlos Rodrigues de Sousa (FEE) e Lúcia Pereira da Silva

ENSINO

O PAPEL DA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE

José Tomaz Vieira Pereira

Pró-Reitoria de Graduação tem tido a oportunidade de observar que algumas questões, já há algum tempo, têm estado sempre presente em estudos e diagnósticos sobre a graduação na Unicamp.

Em um processo de ensino/aprendizado, não será salutar concluirmos, algum dia, que alcançamos a excelência plena, absoluta e definitiva. É natural e desejável que algumas questões, tanto de métodos quanto de conteúdos nesse processo de ensino/aprendizado, estejam sempre presentes nos diagnósticos.

Temos nos questionado se a realidade da graduação na Unicamp está efetivamente inserida em um real processo de aprimoramento ou se estamos continuamente propondo medidas que, na realidade, não têm atingido o cerne da questão. Esse processo de aprimoramento necessita do envolvimento de toda comunidade universitária e de forma comprometida, direta e especial de todos os docentes e alunos. Sem esse envolvimento podemos entender e interpretar que propostas oriundas da administração superior sejam sempre paliativas e/ou não adequadas e/ou não justas e/ou não pertinentes e/ou puramente burocráticas.

Então questionamos, porque não podemos todos estar continuamente preocupados e dispostos a dedicar uma parte mais significativa de nosso tempo, empenho e dedicação para com as questões da Graduação, de forma que as Unidades principalmente na figura de seus Coordenadores de Graduação e respectivas Comissões de Graduação possam contar, constantemente, com sugestões e críticas construtivas para com o ensino de graduação, de maneira que, por exemplo, cada grupo de docentes envolvidos com

"Em um processo de ensino/aprendizado, não será salutar concluirmos, algum dia, que alcançamos a excelência plena, absoluta e definitiva."

uma mesma disciplina se constitua em uma verdadeira equipe que atue de forma conjunta e integrada. Porque não constituírem-se também em equipes integradas, que reúnem-se periodicamente, docentes de Unidades afins, cujos currículos estão interligados por disciplinas de serviço e cuja reflexão conjunta poderia implicar em reflexos preciosos na qualidade de nossos cursos de graduação? Porque não refletirmos continuamente se o perfil da formação de nossos alunos está adequado às necessidades do mercado de trabalho, adequação esta que necessita contemplar as perspectivas futuras do mercado, bem como a dinâmica realidade em que estamos inseridos?

No entanto, com estas colocações é possível que estejamos retornando à possível afirmação de que estes não são objetivos e medidas efetivas, mas sim paliativas e impositivas advindas da administração superior da Universidade e recaímos na necessidade de envolvimento da comunidade universitária. Nos questionamos por que esse envolvimento não tem se transformado em realidade e a conclusão a que temos chegado é a da necessidade de uma maior valorização da dedicação à graduação. Certamente que todas as atividades do docente são imprescindíveis à própria vida da Universidade, não sendo nunca salutar a valorização excessiva de uma em detrimento de outra. No entanto, não se pode negar que as atividades de Pós-Graduação e Pesquisa assumiram um maior grau de importância e valorização para o progresso na carreira acadêmica, prestígio a nível nacional e internacional e perante os órgãos de fomento.

Creemos, portanto, ser imprescindível que a Universidade sinalize para a valorização da dedicação à graduação de forma institucional, na direção de um maior equilíbrio entre as atividades do docente.

Em Abril/95, foi apresentado pela PRG à comunidade universitária um Plano de Metas abordando as seguintes questões:

Ensino/aprendizagem, cujos objetivos se constituíam em melhorar o aproveitamento dos alunos nos quatro primeiros semestres do curso (período em que se registram o maior número de ocorrências de reprovações e evasão); valorização de atividades de ensino de graduação e estender à toda a Universidade um procedimento de análise das avaliações realizadas pelos alunos.

Infra-estrutura, cujos objetivos foram dotar as salas de aula com boas condições de acústica, iluminação adequada e conforto térmico; construção de salas de aula, geograficamente localizadas de modo a atender a atual demanda e transformar um conjunto de salas comuns em salas High Tech.

Currículos, cujo objetivo se constituía em fomentar a discussão dos currículos de forma a adequá-los às tendências atuais.

Cabe destacar que, quando da especificação dos meios, obstáculos e desafios para que esses objetivos fossem alcançados, a necessidade de envolvimento da comunidade universitária e de valorização da graduação estavam sempre presentes, seja de forma clara e objetiva ou subjetiva. Face aos objetivos estabelecidos, temos procurado elaborar propostas que estão, portanto, inseridas no contexto de um projeto mais amplo e que visa abordar os diversos aspectos das questões ligadas à graduação.

Na sequência, mencionamos alguns passos mais concretos e mais recentes que a Universidade tem dado no âmbito desse projeto:

- ◆ Programa de Aquisição de Livros Didáticos, que prevê a aquisição de 10.000 livros didáticos por ano durante 3 anos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 900.000,00;

- ◆ Levantamento e planejamento de atendimento das necessidades de infra-estrutura da graduação, estando previsto na proposta orçamentária para o ano de 1996 um montante de recursos de R\$ 1.200.000,00, destinados a salas de aula, de modo a atender a demanda existente;

- ◆ Planejamento de medidas viáveis para captação de recursos externos para aplicação na graduação;

- ◆ Aprimoramento dos critérios de repasse trimestral de recursos às Unidades, para uso exclusivo na graduação, no âmbito do Programa de Apoio à Graduação;

- ◆ Aprimoramento dos critérios do Programa Estágio de Capacitação Docente - PECD, de maneira a possibilitar que vagas ociosas sejam redistribuídas entre as Unidades que possuem um maior número de candidatos interessados;

- ◆ Implementação, em caráter experimental, do Programa de Apoio Didático ao Estudante de Graduação, cuja atividade principal tem consistido em oferecer, através de tutores, atividades extra-classe para alunos com aproveitamento insuficiente em disciplinas básicas da Área de Exatas e Tecnológicas;

- ◆ Elaboração de nova sistemática de processamento dos dados decorrentes da avaliação dos docentes pelos discentes, sendo nossa intenção que esses dados sejam também um dos subsídios para implementação de medidas de valorização da dedicação do docente à graduação, além de, obviamente, medidas que visem equacionar problemas detectados;

- ◆ Em visitas realizadas a todas as Unidades de Ensino e Pesquisa, foi efetuada a apresentação do perfil do(s) respectivo(s) curso(s), bem como visão geral da graduação na Universidade como um todo, solicitando que ocorresse reflexão sobre os dados apresentados e, dentre outras sugestões, que se procurasse alocar os docentes mais experientes/habilitados/adequados para ministrar as disciplinas dos quatro primeiros semestres do curso, quando se registra o maior número de ocorrências de reprovação e evasão;

- ◆ Proposta de alterações das normas que regem o comportamento acadêmico de nossos alunos de graduação;

- ◆ Informatização e disponibilização aos Coordenadores de Graduação de dados referentes ao comportamento acadêmico dos alu-

nos, enquanto subsídio à reflexão do próprio curso e verificação dos momentos em que ocorrem os pontos críticos (exemplo, altos índices de retenção), visando a elaboração de propostas de equacionamento;

- ◆ Constante aprimoramento do Concurso Vestibular; medidas diversas relacionadas ao aluno ingressante, desde a fase que antecede seu ingresso na Unicamp; otimização/alteração da sistemática de preenchimento das vagas no Vestibular; Programa de Recepção/Integração/Acompanha-

mento dos alunos ingressantes, etc.

Estas propostas estão citadas de forma bastante sucinta, no entanto, a Pró-Reitoria de Graduação está à total disposição para fornecimento de todos os detalhes e aberta ao recebimento de sugestões.

Temos conhecimento que a Universidade possui instâncias institucionais para a discussão em profundidade de todos os assuntos e, talvez, uma tarefa adicional para todos nós (docentes e alunos) seja a de garantir que essas instâncias reduzam seu caráter burocrático e assumam de fato o papel de definidoras das políticas que a Universidade deve implementar. Estamos convictos que este processo nos levará a um maior compromisso com a graduação, equilíbrio da valorização da graduação em relação à Pesquisa e à Pós-Graduação, maior eficiência na utilização dos recursos públicos e amadurecimento da Universidade, vislumbrando a formação não apenas do profissional, mas sim do ser humano e cidadão consciente de seu papel na sociedade como um todo.

Embora desnecessário, enfatizamos que os espaços para diálogo, sugestões, críticas, enfim toda participação da comunidade, não apenas estão abertos, mas necessitam que a comunidade usufrua desses espaços. Creemos que quando nos sentirmos integrados em uma equipe e que o diálogo permeie nosso caminhar conjunto, estaremos, enfim e de fato, conquistando espaços preciosos para o aprimoramento efetivo de nossa atuação. Acreditamos que a Universidade tem envidado esforços nessa direção e que progressos têm sido alcançados. A título de exemplo, citaremos a constituição das Comissões de Graduação, bem como as Assembléias de Curso. No entanto, queremos que esses progressos se consolidem como instrumentos efetivos de discussão.

Concluindo: o nosso caminhar conjunto, crítico e participativo, com reflexos concretos em nossa realidade requer o envolvimento de todos nós.

Prof. Dr. José Tomaz Vieira Pereira - pró-reitor de Graduação

GRADUAÇÃO

UMA QUESTÃO DE ESTÍMULO E ENVOLVIMENTO

Maria Alice Bozola Grou
Sueli Costa

D no ensino de graduação que se concentram os principais problemas da Unicamp, destacando-se o alto índice de repetência e evasão particularmente nos primeiros semestres e o tempo excessivamente longo na conclusão dos cursos. Esta é uma constatação quase que unânime de alunos e professores e é inclusive apontada no Relatório de Avaliação Institucional da Unicamp nas diferentes áreas (1994). Paradoxalmente temos corpo docente e alunos ingressantes altamente qualificados e privilegiadas condições e ambiente de trabalho e pesquisa, em termos de país.

A Unicamp tem sido incapaz de imprimir ao seu ensino de graduação as transformações que preconiza para o secundário, visando a formação integral de profissionais e cidadãos, as quais são claramente sinalizadas pelo seu vestibular.

A falta de motivação e envolvimento nas disciplinas de formação básica, bem como a inexistência de articulação entre estas disciplinas e as profissionalizantes e projetos de pesquisa e extensão tem levado alunos a uma situação de absoluta falta de estímulo e desencanto, até o limite do abandono precoce do curso em muitos casos.

É pertinente citar aqui a análise feita pelo ex-Reitor Prof. Carlos Vogt em "Elementos para um Diagnóstico de Graduação da Unicamp" que consta do relatório de avaliação supra citado: "A responsabilidade por este quadro não pode ser atribuída isoladamente a um ou outro processo educacional. Entretanto, a responsabilidade de se fazer algo para descobrir as causas do problema - sem dúvida múltiplas e complexas -, assim como a responsabilidade de se encaminhar propostas de soluções objetivas para os mesmos, é de todos e em particular nossa, docentes da Unicamp. Numa primeira etapa, faz-se necessário identificar os graus de expectativa que os alunos têm ao

escolher a Unicamp, o que esperam dos cursos que escolhem e como gostariam que estes cursos fossem".

Nossa grande preocupação neste momento é que, apesar da sensibilidade de grande parte dos membros da Comissão Central de Graduação e Pró-Reitoria de Graduação, as ações mais contundentes que tem sido propostas visam a "correção de deficiências" e "orientação de rumo" dos alunos, ignorando o centro de gravidade do problema que está na falta de envolvimento dos docentes com a questão da graduação.

Este é o caso do PAEG95 - Programa de Apoio ao Ensino de Graduação "que tem por finalidade principal proporcionar atividades suplementares para os alunos que estão cursando as Disciplinas de Cálculo e Física e que venham a apresentar apro-

veitamento insuficiente no decorrer do semestre". Este trabalho tem sido desenvolvido por monitores em atividades extra-classe de esclarecimentos e resolução de exercícios. Mesmo reconhecendo as boas intenções, esta é uma ação "remedial" e marginal à estrutura existente: no caso das disciplinas de Cálculo, com altos índices de reprovação e de insatisfação, não houve nenhuma alteração no conteúdo ou na forma com que estão sendo ministradas, nem interação dos docentes responsáveis pelas disciplinas com o PAEG. Não houve sequer discussão no Instituto de Matemática sobre o problema do ensino de Cálculo. Como era de se esperar, apesar da seriedade do

trabalho dos professores e monitores do IMECC responsáveis pelo PAEG, pouquíssimos alunos tem procurado este atendimento.

A proposta de mudança do guia do aluno, isolada de ações concomitantes quanto à atuação docente e infraestrutura, evidencia novamente um enfoque distorcido da questão da graduação, com o agravante, neste caso, de ser uma ação centrada no caráter de "punição".

Voltando ao ponto que consideramos central, uma ação eficaz para a melhoria de nossa graduação só será possível através de estímulo e profundo envolvimento (e muito trabalho!) de professores e alunos, que em ações coordenadas com a Administração levem ao desenvolvimento de um Projeto de Graduação. Isto por sua vez pressupõe a valorização efetiva do trabalho docente, a qual até agora não tem ido muito além de formais boas intenções nas comissões de avaliação e órgãos colegiados (congre-

gações, CADI, CEPE e Conselho Universitário). Também é extremamente importante a

ção teria um impacto imediato, constituindo-se numa sinalização clara da valorização da docência.

Nosso envolvimento na Unicamp em projetos voltados para a graduação tem se dado particularmente no ensino de matemática para as engenharias. A nossa preocupação é com a formação do profissional capaz de equacionar problemas reais, de atuar em grupo e de utilizar novos recursos tecnológicos. Uma forma que encontramos de contribuir na direção de tais objetivos tem sido a abordagem interdisciplinar de temas de matemática nas disciplinas introdutórias e o envolvimento dos alunos em projetos dentro destas disciplinas. Além disso, a incorporação de recentes programas computacionais de matemática tem possibilitado uma nova perspectiva de abordagem, experimentação e visualização de conceitos a serem construídos.

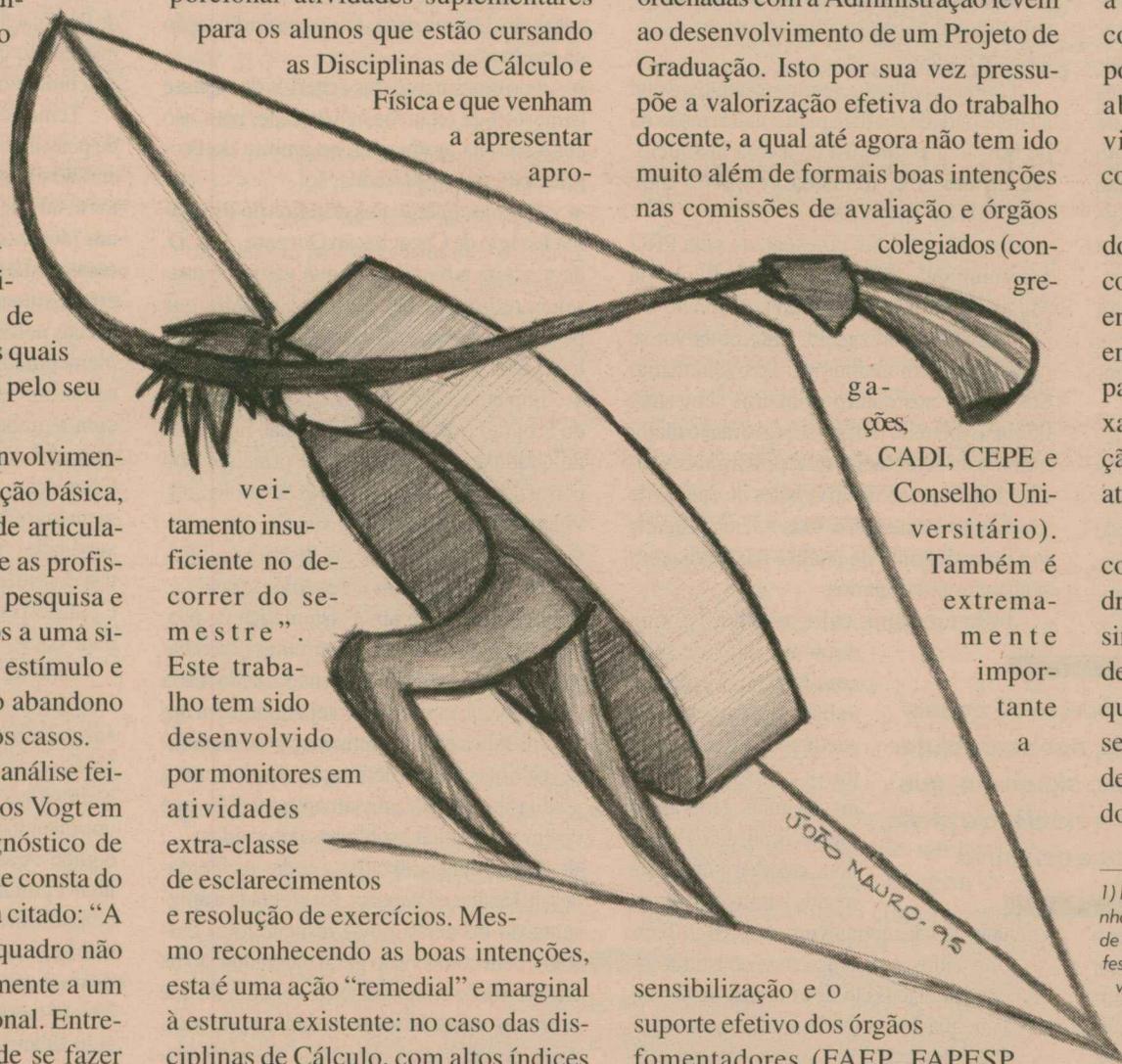
O excelente retorno que temos tido dos alunos, fato que estamos certas de compartilhar com todos que tenham se envolvido diretamente em projetos de ensino em que o graduando tenha uma participação ativa e criativa, nos deixa convictas de que ações nesta direção são muito mais eficientes do que atitudes repressoras.

Afinal, o que todos nós queremos como docentes, não são alunos amedrontados, aprendendo sob pressão, e sim alunos entusiasmados, orgulhosos de seus cursos e de sua universidade, que se acreditem, produzam muito, e se sintam desafiados pelos problemas de sua área específica e os relacionados com o desenvolvimento do país.

1) Nota: Este artigo é uma adaptação do texto encaminhado ao Prof. Dr. José Tomaz Vieira Pereira - Pró-Reitor de Graduação em 26 de outubro de 1995, onde manifestamos nossa preocupação com a participação efetiva dos docentes nas discussões e projetos visando a melhoria do ensino de graduação e que foi publicado no boletim Adunicamp nº 24 (30/10/95).

2) N.R. - As professoras Maria Alice Grou e Sueli Costa têm coordenado na Unicamp os projetos: Cálculo com Aplicações (citado na Avaliação Institucional da Unicamp - Área de Tecnologia - 1994), Ensino de Matemática para as Engenharias (CAPES/Conselho Britânico), Produção de Programas de Vídeo para Ensino e Divulgação de Matemática (PACDT/CAPES). A prof^{ta} Sueli Costa foi representante dos professores livre-docentes no Conselho Universitário e CEPE - Câmara de Ensino e Pesquisa da Unicamp na gestão 93/95.

3) Um relato destas experiências aparece em "La enseñanza del Cálculo - Una Cuestión de Involucramiento" - Educación Matemática - vol. 7 - nº 1 - p. 100-107, 1995 - G.E. Iberoamérica.



DOCÊNCIA

OUSADIA NAS LICENCIATURAS

Helena C.L. de Freitas

Sempre que vem à tona a discussão sobre formação de professores, a (re) definição das licenciaturas passa a ser o centro das atenções e várias questões aparecem de imediato: é preciso definir o papel das disciplinas de formação pedagógica, sob responsabilidade das Faculdades de Educação, no currículo dos cursos, é preciso articular as disciplinas de "conteúdo" com estas disciplinas "pedagógicas", é preciso criar disciplinas "instrumentais" que facilitem esta articulação, e assim por diante. Mais recentemente, as inovações nesta discussão têm ficado por conta da criação de Comissões de Curso, integrando professores dos Institutos e/ou Faculdades das áreas específicas com os professores da Faculdade de Educação na discussão e coordenação dos rumos dos cursos de licenciaturas.

Esta experiência, bem sucedida em várias Universidades, encontrou, também na UNICAMP, seu caminho próprio e tem contribuído para articular pontos antes isolados e para "desatar nós" no difícil processo de diálogo entre docentes das diferentes unidades responsáveis pela formação dos professores para a escola de 1º e 2º graus.

Apesar de reconhecer os avanços conseguidos nesse campo, considero, entretanto, que a questão das licenciaturas está a exigir mais do que simples arranjos e reformulações parciais. A estrutura atual dos cursos de formação dos profissionais da educação que coloca os estágios e a prática de ensino apenas **ao final do curso**, alija ainda o aluno do trabalho, separando o mundo do trabalho - trabalho pedagógico que se realiza na escola - do mundo da educação e da ciência. Apesar de reconhecer os limites dados pela realidade atual e a organização social, acredito que é possível caminharmos na construção de propostas criativas e transformadoras da situação atual no campo das licenciaturas.

Nessa perspectiva, acredito ainda que é chegado o momento de a UNICAMP trilhar o caminho da **ousadia e da ruptura** no que tange às licenciaturas. Ousadia para propor alternativas criadoras e criativas que exerçam a ruptura com o modelo atual de estruturação destes cursos no interior da Universidade.

O crescente interesse pela qualidade da escola traz consequentemente um interesse pela questão da formação dos professores para esta escola, assim como a proliferação de "projetos" que colocam esta temática como eixo central em discussão nas Universidades brasileiras. Tal como previa a ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - em seu VI Encontro, em 92, quando anunciou o que se faria realidade no atual momento histórico: **a questão**

da formação do educador estará cada vez mais em debate no bojo das "transformações" que o capital espera da escola." (ANFOPE, 1992)

Coloca-se, portanto, na ordem do dia, a necessidade urgente de repensarmos a estrutura das licenciaturas, armando-nos teoricamente para enfrentar as discussões que tendem a colocar o problema da formação dos profissionais da educação no campo do tecnicismo pedagógico, destituindo a educação de seus componentes históricos e sociais e encarando o processo de formação apenas do ponto de vista da otimização da preparação metodológica do professor para lidar com o ensino das "habilidades básicas". Até mesmo sua desprofissionalização, como consta do Projeto Darcy Ribeiro para a LDB, está sendo proposta.

Neste contexto, compartilho algumas análises mais recentes sobre as perspectivas para o processo de formação dos profissionais da educação no momento atual, tomando como parâmetros de análise duas questões fundamentais intrinsecamente relacionadas: o conceito de **base comum nacional** e a **proposta de escola única de formação dos profissionais da educação**.

É URGENTE A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA GLOBAL DE FORMAÇÃO

Historicamente, a ênfase na questão da formação, privilegiou a **formação básica e as condições de trabalho**, como duas faces do processo de formação e trabalho do profissional responsáveis pela elevação da qualidade de ensino. É preciso reafirmar que a melhoria da qualidade do ensino, no que tange ao profissional da educação, passa por uma articulação entre **formação inicial, condições de trabalho e formação continuada**, e pelo necessário aumento da responsabilidade do estado na definição e no cumprimento desta política global de formação. Sem ela torna-se uma tarefa inglória motivar jovens estudantes para o trabalho pedagógico na escola pública e para as licenciaturas.

CONCEITO DE BASE COMUM NACIONAL

As discussões sobre **base comum nacional** no interior do movimento de reformulação dos cursos de formação representam uma recusa à idéia de currículo mínimo para os cursos de formação de professores. Ao analisar a relação estreita entre a forma como se produz o conhecimento e a forma de produção da vida material, o trabalho e sua degradação na sociedade capitalista, a

ANFOPE chama a atenção para a importante função a ser exercida pela base comum nacional no conjunto do movimento nacional dos educadores: **deve-se entendê-la como um instrumento de luta contra a degradação da formação do profissional da educação**" (Conarcefe, 1990:8).

O significado de **base comum nacional** é explicitado através de cinco linhas básicas inter-relacionadas e em permanente movimento, linhas estas que orientariam a definição dos cursos de formação do profissional da educação:

- sólida formação teórica e interdisciplinar dos estudantes** sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais;
- novas formas de relação teoria/prática** que implica em assumir uma postura em relação à produção de conhecimento que impregne a organização curricular dos cursos, e não se reduza à "mera justaposição da teoria e prática em uma grade curricular";
- compreensão dos princípios da gestão democrática** como instrumento de luta contra a gestão autoritária na escola;
- compromisso social** do profissional da educação, contra "concepções educacionais obsoletas" e com ênfase na concepção sócio-histórica de educador
- trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e entre professores** como eixo norteador do trabalho docente na universidade e da redefinição da organização curricular (Conarcefe, 1990:14).

A ESCOLA ÚNICA DE FORMAÇÃO

A ANFOPE tem destacado ainda a necessidade de avaliação permanente dos cursos de formação como parte integrante das atividades curriculares e entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz de um projeto político pedagógico de cada curso em questão.

Ao lado da base comum nacional, a ANFOPE vem discutindo a proposta de escola única de formação, que parte da compreensão de que as Faculdades de Educação constituem-se "lugar privilegiado da formação do profissional da educação, para todos os níveis de ensino, em articulação com os Institutos e com a Escola Normal" (ANFOPE, 1992:24).

Na proposta, as várias instâncias formadoras são agrupadas na Faculdade de Educação, e concebidas como Programas articulados e supra-departamentais. A proposta não divorcia, na formação do conteúdo específico, o bacharel do licenciado, mantendo o papel dos Institutos no processo de formação do educador, mas define que a porta de ingresso do licenciado é a Faculdade de Educação.



Desapareceriam as Habilitações do Curso de Pedagogia, em sua forma atual, abrindo-se a

possibilidade para que outros Licenciandos - das áreas específicas - possam cursar os Programas de Formação de Supervisores e Orientadores Educacionais.

A escola única de formação é uma das propostas possíveis que carece ainda de um maior debate e aprofundamento. Entretanto, sem prejuízo desse debate, entendo que devemos recusar toda e qualquer tentativa de impôr, via Decreto, qualquer proposta de reformulação. O conhecimento acumulado, resultado de um longo processo histórico de debates entre os educadores, e particularmente no interior da ANFOPE, pode e deve auxiliar as discussões sobre as perspectivas que se apresentam para a formação dos profissionais da educação tomando os princípios gerais do movimento e tendo como norte a base comum nacional como instrumento de luta contra a degradação profissional, o aligeiramento da formação e a desqualificação do ensino e da escola pública.

A necessidade de enfrentamento destas questões está colocada. É preciso enfrentar a tendência atual de desprofissionalização dos professores e de aligeiramento da formação via "formação pós-secundária", um novo nome para as antigas (e sempre novas) Licenciaturas curtas, que está surgindo no cenário nacional. É preciso ter coragem e ousadia para mudar e criar algo novo. Acredito que a UNICAMP pode vir a ser um Centro de Referência importante no sentido de experimentar novas idéias no campo da formação dos profissionais da educação.

Helena C. L. de Freitas, professora da Faculdade de Educação da Unicamp e Secretária Geral da ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

REFERÊNCIAS

- CONARCFE - Documento Final do V Encontro Nacional da Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, Belo Horizonte, 1990.
- ANFOPE - Documento Final do VI Encontro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, Belo Horizonte, 1992.
- Freitas, L.C. de Ensino de 1º Grau: instrumento de recuperação econômica? Revista Universidade e Sociedade, no. 7, 1993, ANDES.
- MEC - Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, MEC, 1995, mimeo, pag. 8.
- Em recente documento intitulado "Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério", o MEC define como uma de suas 3 alternativas de ação, a necessidade de "Promover um amplo debate nacional sobre a necessidade de reformulação e revitalização dos cursos de licenciatura e, especialmente, de criação de cursos para preparação de professores para as séries iniciais." Cf. Documento Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, MEC, 1995, mimeo, pag. 8.

APOSENTADORIA

É CORRETO APOSENTAR-SE AGORA?

ADOLPHO HENGELTRAUB

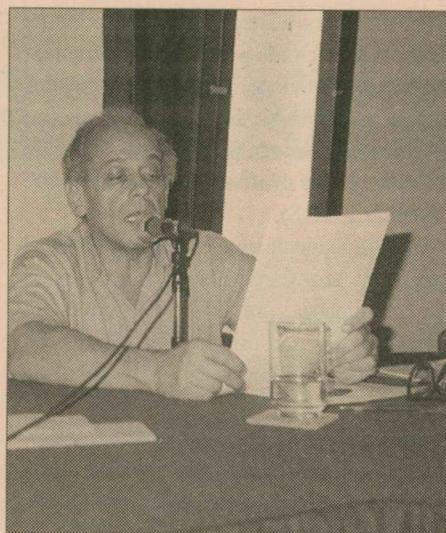
Professor do Instituto de Física da Unicamp

A reformulação das aposentadorias está na fase preliminar de guerra de informação que pende a favor do desejo do governo de modificar drasticamente o *status quo*. Até agora, entretanto, o executivo limitou-se a soltar balões de ensaio para avaliar o tamanho do estrago que o Congresso aprovará. O fim das aposentadorias especiais, em particular a de professores, já é dado como certo. Resta apenas a possibilidade de sua sobrevivência para casos em que a atividade profissional causa lesões físicas.

Qualquer sistema de aposentadoria que venha a ser aprovado certamente imporá maior número de anos de trabalho e talvez contenha uma fórmula de ajuste para respeitar direitos de quem está perto de cumprir os prazos mínimos em vigor para aposentar-se. Tudo muito vago ainda.

Vale a pena aposentar-se agora?

Penso que sim, aposentei-me há dois anos. É um direito líquido e certo de quem cumpriu o tempo mínimo de trabalho para aposentar-se. Está na Constituição, e não há nada antiético em beneficiar-se de um



direito previsto na Constituição que foi apregoada como a "social". Successivos (des) governos dilapidaram as reservas do sistema de seguridade social (e o FGTS) e hoje, quando a receita tende a ficar menor que a despesa, não há uma poupança à qual recorrer. Esta é a razão das mudanças que o governo quer para a previdência.

A aposentadoria especial permite que docentes aposentem-se em fase de plena produtividade, o que a muitos parece um desperdício. A aposentadoria, entretanto, é alcançada por solicitação pessoal (só é compulsória aso 70 anos de idade), de modo que cada um pode decidir a melhor hora para fazê-lo. Cessar a carreira universitária em plena forma é uma vantagem quando se tem

uma outra atividade em vista. Isto será benéfico tanto para a universidade quanto para a sociedade em geral pois um ex-docente/pesquisador interagindo em tempo integral com o meio produtivo contribui para melhorar o nível cultural, lato senso. Será ainda o veículo de condução de problemas do meio produtivo à universidade para solução em parceria. Ganham todos.

ROBERTO RITTNER

Professor do Instituto de Química da Unicamp

Apesar de ter direito à aposentadoria integral há cerca de dois anos, decidi continuar no exercício pleno de minhas funções de professor e pesquisador na formação de recursos humanos relevantes para o País, bem como na esfera administrativa junto ao IQ (Congregação) e à Universidade (CADI).

VALDEMIRO C. SGARBIERI

Professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp

Tenho um ano a mais que o mínimo necessário, decidi aposentar-me. Queria continuar na ativa mas ouvi comentários sobre a possível não recontração de aposentados pela Unicamp. Tendo surgido a

oportunidade de concurso no Itai, hoje exerço as funções de pesquisador senior. Ao mesmo tempo, continuo como professor convidado na FEA, onde atuo na pós-graduação.

MARISA LAJOLO

Professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp

Trabalhar no IEL me permite fazer o que sei fazer e o de que gosto, ainda que às vezes seja preciso dizer a precariedade do fio da navalha. Mas gosto de riscos...

Minha relação com meu emprego vai muito além de relações salariais e trabalhistas, embora as inclua. Lutar por elas passa pela qualificação da universidade, capítulo do resgate da *coisa pública* brasileira. O que só se faz, no caso da universidade, na vivência plena de direitos e deveres dos docentes do ensino superior público brasileiro. Direitos e deveres que são faces complementares de uma mesma relação. Encarar a aposentadoria como formas de eliminar deveres e manter apenas os direitos me parece ingênuo. Se é ou não, o tempo dirá. Por enquanto pago prá ver: ocupo a vaga, sigo em campo, banco o jogo e suo a camisa.

CARTA

23 de outubro de 1995.

Ilmo. Sr. prof. Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, presidente da Adunicamp

Prezado Professor,

No início do ano passado fui submetido a um desagradável tratamento por parte do superintendente do Centro de Computação e seus auxiliares, tendo ocorrido o cancelamento arbitrário de minhas contas nos computadores da Unicamp. O episódio é relatado nos anexos a esta carta¹.

Eu procurei resolver o assunto através do Diretor de minha unidade (FEM) e também junto a Comissão de Informática da Unicamp através do representante de minha unidade, conforme pode ser verificado nos anexos A e B. Minha solicitação foi de fato encaminhada para a Comissão de Informática, mas jamais houve uma resposta.

Por esse motivo gostaria de remeter esse material para a Adunicamp para que fiquem registradas as graves falhas que existem, a meu ver, nos pro-

cedimentos com profissionais desta Universidade. Se for cabível gostaria de insistir, através da Adunicamp, para que houvesse uma manifestação da referida Comissão de Usuários de Informática da Unicamp acerca de meus direitos como usuário dos serviços de informática, conforme peço na carta de 10 de fevereiro de 1994.

Caso não seja possível, ou cabível este meu pedido, gostaria de registrar meu desapontamento por ainda não sermos capazes de resolver dentro de

nossa instituição questões de conduta profissional inadequada, principalmente quando envolvem pessoas que ocupam cargos de responsabilidade, como é o caso do Superintendente do Centro de Computação.

Agradeço a atenção, cordialmente,

Prof. Dr. Gilberto de M. Jannuzzi

1- Anexos:
A - Carta enviada em 10/02/94 a Maria Raquel de Aguiar, representante da FEM na Comissão de Informática.
B - Carta recebida em 24/02/94 do Prof. José Tomás Vieira Pereira, então diretor da FEM.

OSSADAS DE PERUS

UMA HISTÓRIA QUE O TEMPO NÃO SEPULTOU

O histórico das ossadas de Perus

No dia 4 de setembro de 1990 foi aberta a vala clandestina localizada no Cemitério D. Bosco, em Perus, periferia da cidade de São Paulo. Somente os familiares de presos políticos assassinados e um funcionário do cemitério tinham conhecimento dessa vala. Mais tarde o jornalista Caco Barcelos, ao fazer uma pesquisa sobre a violência policial, também descobriu a vala.

De imediato, nós familiares de mortos e desaparecidos políticos tivemos o apoio da prefeita Luíza Erundina para que essas ossadas fossem rigorosamente pesquisadas. Pois tínhamos certeza de que ali se encontravam restos mortais de pelo menos seis presos políticos que foram assassinados no ano de 1971 e começo de 1972.

Exigimos também que tais ossadas num total de 1049, não fossem para o Instituto Médico Legal de São Paulo. Naquele órgão ainda existiam médicos legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos mortos sob tortura. O próprio diretor nessa época era um deles: Dr. Antônio de Melo, que assinou o laudo necroscópico de Manoel Fiel Filho, assassinado sob torturas no dia 16/01/76, na Operação Bandeirantes, um dos principais aparatos da repressão política.

Por essa razão, as ossadas foram catalogadas recebendo um número cada uma delas, fotografadas e filmadas pela equipe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, sob coordenador de Dr. Nelson Massine e Dr. Badan Palhares. Encerrada essa primeira etapa, essas ossadas foram transportadas, no dia 1 de dezembro de 1990, para a Unicamp, onde se encontram até hoje.

Dessas ossadas, duas pertencentes à vala foram identificadas, de Dênis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr.

Outras ossadas foram acrescentadas a estas de Perus, do Cemitério da Vila Formosa e do Cemitério Municipal de Xambioá. Foram ainda exumados e identificados pela equipe da Unicamp os restos mortais de Sônia Moraes Angel, Antônio Carlos Bicalho Lana, Hélder José Gomes Goulart, que estavam enterrados no Cemitério D. Bosco, em Perus e de Emanuel Bezerra dos Santos, enterrado no Cemitério de Campo Grande.

Todas essas ossadas nos foram entregues nos anos de 1991 e 1992. Depois que terminou o mandato de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, nenhuma ossada mais nos foi entregue. Estão ainda no Departamento de Medicina Legal as ossadas de Francisco José de Oliveira, Flávio de Carvalho Molina, Grinaldo Jesus e Dimas Casemiro.

Esperamos com toda certeza que, em breve, possamos sepultar os restos mortais destes militantes.

Outro ponto importante a ser destacado é que a área daquele departamento, construída depois de 1990 e que praticamente teve sua ampliação dobrada, foi graças as ossadas de Perus, o que é motivo de orgulho para nós familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Por ocasião do debate realizado no Departamento de Medicina Legal da FCM, em outubro deste ano, a Adunicamp manifestou sua intenção de dedicar espaço em seus veículos de comunicação à abordagem deste tema. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos foi a única que não declinou o convite, enviando o texto abaixo.

"Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do último de entre os últimos não era menor do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como pessoas que tivésseis conhecidos como membros de vossa família, como vós mesmos."

Testamento sob a Forca - Júlio Fuchik - Edit. Brasil - Debates, SP, 1980.

Maria Amélia de Almeida Teles

Uma iniciativa da Adunicamp abriu perspectivas concretas para retomada, de maneira democrática e transparente, dos trabalhos de acompanhamento das investigações das ossadas de Perus que se encontram no Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Foi a realização de uma reunião, coordenada pelo Prof. Guedes, presidente daquela associação, no dia 17 de outubro último, com os envolvidos e interessados no assunto. Diante de uma plenária com professores da Universidade, o Procurador da Reitoria, o presidente da Sociedade de Medicina Legal, Dr. Anelino José de Rezende, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Ítalo Cardoso, Tereza Lajolo, o assessor do Deputado Estadual Renato Simões, representantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o coordenador do Departamento de Medicina Legal daquela Universidade, Badan Palhares, foram colocadas as dificuldades que impedem aos familiares e a toda sociedade de ter conhecimento sobre o andamento das pesquisas em torno daquelas ossadas. Isto porque, a partir do momento que a Prefeita Luíza Erundina deixou o governo municipal de São Paulo, não foi feita mais nenhuma prestação de contas por parte do Dr. Badan Palhares aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, os mais interessados e principais responsáveis pelo desencadeamento de todo o processo de resgate da história de Perus e das vítimas de repressão política da época de repressão militar. Apesar dos esforços feitos pelos familiares para saber o que tem sido feito no Departamento de Medicina Legal da Unicamp, Dr. Palhares tomou atitude de não dar nenhuma informação sob o pretexto de que faltavam verbas para concluir as investigações. Alegava ser necessário encaminhar os fragmentos das ossadas para exame de DNA. E os familiares, mesmo tendo o apoio de parlamentares, autoridades ligadas à igreja e a própria Universidade são colocados inteiramente à margem do que acontece naquele departamento, no que se refere a Perus.

A falta de transparência no processo de identificação - a principal marca do desempenho de Dr. Palhares no decorrer dos últimos

três anos - ficou bastante evidente quando ele próprio declarou, durante a reunião, que foram encaminhados para a Alemanha fragmentos de ossos para fazer DNA e atualmente para Belo Horizonte, para o mesmo exame, sem nenhuma prévia comunicação aos familiares. A prova do DNA, como se sabe, só facilita a identificação quando comparada com o DNA dos familiares vivos. Portanto, a alegação do Dr. Palhares, de que tem feito estes exames escondido dos familiares, para evitar provocar uma maior ansiedade destes, não resiste ao menor raciocínio científico.

Aliás, a falta de transparência foi enfatizada pela própria equipe que trabalha no Departamento de Medicina Legal. Tanto o Dr. Zapa como a Dra. Lélia reclamaram de que não são informados de muita coisa que se faz ali no Departamento, o que compromete um trabalho que só poderia ser levado a bom termo, se feito de maneira coletiva.

Os demais membros da comunidade universitária cobraram a falta de relatórios sobre o desenvolvimento das pesquisas e estranharam que o Dr. Palhares não solicitasse verbas aos órgãos que financiam regularmente pesquisas na área acadêmica.

A Sociedade Brasileira de Medicina Legal, na pessoa do seu presidente, Dr. Anelino, reclamou a ausência do Dr. Palhares ou de outro representante do Departamento de Medicina Legal da Unicamp nos fóruns de debate da entidade sobre pesquisas e investigações.

O mais ainda lamentável é que nos pareceu que não é a falta de dinheiro que tem emperrado o trabalho, e sim a arrogância do Dr. Palhares. Como coordenador do Departamento, não tem permitido que se desenvolva um serviço de apoio oferecido pelos seus próprios colegas que, sem dúvida nenhuma, só viria facilitar o deslanche das pesquisas. Aliás, ele, com sua postura egocêntrica, afasta qualquer possibilidade de ajuda dos familiares - a parte mais interessada nas conclusões das investigações - e também das autoridades políticas que tradicionalmente estiveram juntas com os familiares nesse empreendimento de resgate histórico.

O que mais preocupa, entretanto, é que essa atitude prepotente coloca em risco um compromisso que as famílias dos mortos e desaparecidos assumiram desde ainda os tempos da ditadura militar. O compromisso de localizar sepulturas clandestinas, identificar os restos mortos dos que foram covardemente assassinados e dar-lhes um sepultamento digno. Não construiremos a democracia com cadáveres insepultos. E o sepultamento digno é direito inalienável dos povos. Por isso, os familiares insistem em não abrir mão deste direito.

Outra atitude abominável de Dr. Palhares, é de ameaçar a todos nós com a devolução das ossadas para a Prefeitura de São Paulo, sem ir até as últimas consequências dos trabalhos de investigação. Sempre sem se comunicar pre-

viamente com os familiares que só ficaram sabendo de tais ameaças pela imprensa.

Outro ponto importante é que ele procurou esquecer, quando falou nesta plenária, que há no Departamento de Medicina Legal da Unicamp, não apenas as ossadas encontradas na vala clandestina do Cemitério D. Bosco, em Perus, mas também ossadas de outros cemitérios e até de Xambioá, onde foram exumados restos mortais de prováveis guerrilheiros do Araguaia.

O clima da plenária foi tenso. A cobrança, tanto por parte dos familiares, como da Associação de Docentes e parlamentares, não permitiu consolidar um processo de manipulação dos fatos e da verdade. Ele, desde o início, procurou descaracterizar de seu compromisso de trabalho esteja vinculado à Universidade. Disse que teria assumido o compromisso enquanto profissional vinculado à Secretaria de Segurança Pública. O que não é verdade. As ossadas de Perus foram entregues pela Prefeita Luíza Erundina, a pedido dos familiares, para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp e não para o médico legista chamado Dr. Badan Palhares. Sua atitude nada mais é que uma forma de se esquivar de apresentar os relatórios para a Universidade, onde trabalha e sob a qual está a guarda das ossadas.

Iniciativa bem sucedida

A iniciativa da Adunicamp foi bem sucedida. Foi criada pelo Reitor José Martins Filho, a Comissão para apresentar subsídios visando a viabilização dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Unicamp, através do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas, para Acompanhamento dos Trabalhos de Análise das Ossadas de Presos e Desaparecidos Políticos encontrados no Cemitério de Perus. Nós familiares de mortos e desaparecidos políticos queremos que se integre a essa comissão um representante da Sociedade Brasileira de Medicina Legal para facilitar a cobertura deste trabalho em outras áreas do território nacional.

Outra conclusão importante foi a garantia de que a devolução das ossadas só será feita após a plena investigação de todas as ossadas e em condições previamente acertadas entre essa Comissão recém criada e os familiares.

Foi também firmado compromisso de que o Departamento de Medicina Legal deverá encaminhar o mais urgente possível o relatório de tudo o que já foi feito durante estes cinco anos. Lembremos de que este será o primeiro relatório desde de que para lá foram as ossadas.

Foi reafirmado o compromisso da comunidade universitária de dar todo o apoio e se empenhar para a mais completa identificação das ossadas, inclusive se comprometendo a buscar os recursos financeiros.

Maria Amélia de Almeida Teles, também conhecida como Amelinha, integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

EDUCAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA NO BRASIL

José Roberto de França Arruda

Qualquer pesquisador brasileiro que tenha tido a oportunidade de viajar ao exterior para participar de congressos científicos ou para realizar teses e estágios pôde constatar, não sem certa dose de surpresa, que os trabalhos desenvolvidos aqui são de bom nível e que nossos pós-graduandos são tão capazes quanto seus colegas dos países desenvolvidos. Por outro lado, não há como negar que nossa presença no cenário internacional da pesquisa científica é, no mínimo, muito modesta, ficando muito aquém de seu potencial. Não nos resta sequer o consolo de termos forte impacto no setor produtivo nacional; muito ao contrário, também neste aspecto ficamos muito atrás de nossos colegas de países desenvolvidos.

Não se trata aqui de bater na tecla, que alguns setores da imprensa vêm martelando insistentemente de alguns anos para cá, da suposta baixa produtividade das universidades brasileiras. Afinal, como esperar que uma sociedade subdesenvolvida, que ostenta índices sociais calamitosos e na qual os vários setores, inclusive a mídia, têm qualidade e eficiência que ficam muito aquém de seus equivalentes nos países desenvolvidos, possa ter as melhores universidades do planeta?

Trata-se de buscar as raízes dos problemas que dificultam nossa ascensão rumo à excelência e apontar saídas para sua superação. Problemas há, não podemos negar, e cabe antes de mais nada a nós próprios, pesquisadores universitários, fazer um diagnóstico honesto da situação e buscar as soluções possíveis dentro do contexto nacional.

Na origem do problema está a questão do modelo adotado para a sustentação das universidades brasileiras, ou a indefinição deste. Nos EUA é o mercado quem, em grande medida, dita o funcionamento das universidades. Elas têm grande autonomia, são pagas, e quanto

melhores mais caro custam aos alunos. Com mais recursos, as melhores universidades pagam melhores salários, atraindo os melhores profissionais para o ensino e a pesquisa. Nas universidades estaduais o estado tem participação modesta, em geral cerca de 20% dos custos da universidade, em troca de um desconto nas anuidades dos estudantes cujos pais pagam impostos no estado.

A pesquisa é uma das principais fontes de recursos para a universidade nos EUA, onde os *overheads* de projetos financiados por empresas ou por agências governamentais (parcela dos recursos que a universidade retém como ressarcimento pela infra-estrutura oferecida) gira em torno de 60%. Portanto, as universidades disputam os pesquisadores mais ativos, que trazem recursos dos quais dependem a sobrevivência e o prestígio delas. A garantia de uma qualidade mínima na formação dos estudantes fica a cargo de associações profissionais, através dos exames profissionais.

O sistema, alinhavado de forma simplificada acima, é relativamente estável e auto-sustentado; e não há como negar que o sistema universitário dos EUA é o mais ativo e o que tem dado a maior contribuição à ciência e à tecnologia nas últimas décadas.

Na Europa o sistema universitário é geralmente centralizado, federal. O ensino é gratuito e caracteriza-se por um número muito pequeno de professores, auxiliados por assistentes e pós-graduandos. Os postos de professores são muito disputados e a seleção e/ou a promoção na carreira dão-se geralmente ao nível nacional, garantindo em certa medida a excelência dos ocupantes desses postos. Os mecanismos de incentivo e cobrança de produtividade são mais sutis e variados do que nos EUA, mas os contratos de pesquisa adquirem peso

cada vez maior, ainda que os "overheads" sejam geralmente baixos e a universidade não dependa deles para seu custeio.

No Brasil o modelo é um misto dos dois. O sistema é descentralizado, com relativa autonomia quanto às contratações, porém geralmente sem au-

tonomia para a definição dos salários. Via de regra, não há relação direta entre mérito e salário, prevalecendo critérios burocráticos de promoção na carreira. O Estado, seja ao nível estadual ou federal, arca com a quase totalidade do custeio

das universidades públicas. O incentivo à produtividade é pequeno e só recentemente vem sendo incorporado aos mecanismos de promoção na carreira. O maior incentivo à produtividade científica tem sido a bolsa de pesquisa do CNPq, cuja importância nunca é demais enfatizar. A pesquisa é financiada quase que integralmente pelas agências federais e estaduais. O julgamento pelos pares garante em certa medida a excelência, porém não há em geral sinalização dos temas relevantes e resultados desejados pela sociedade.

O setor produtivo privado habituou-se, ao longo de décadas de uma política de substituição de importações, a "comprar tecnologia", reproduzindo aqui, com atraso e qualidade inferior, a tecnologia gerada nos países desenvolvidos. Esse modelo gerou uma base industrial, gerou empregos e permitiu oferecer um nível de qualidade de vida razoável a uma parcela da população. Esgotado este modelo, vivemos ainda uma fase de ajustes. Numa economia aberta, o empresário terá que

optar entre realmente investir na criação de tecnologia para competir no mercado internacional ou conformar-se em ser apenas representante, importador ou fornecedor de recursos de assistência técnica a produtos importados. As multinacionais acenam com a possibilidade de criar centros de pesquisa e desenvolvimento no país, porém por enquanto não se ultrapassou o estágio da retórica.

O setor produtivo público está retraído e em fase de indefinição frente ao horizonte de privatizações. Os grandes projetos tecnológicos dos governos militares (nuclear, aeroespacial, etc) estão sendo desmantelados, à exceção talvez do setor aeroespacial, no que tange aos satélites. Infelizmente, o envolvimento das universidades nesses grandes projetos foi muito pequeno. Se a universidade tivesse sido convidada a participar mais de perto, as perdas com o desmantelamento desses grandes programas seriam certamente menores. Fica o ensinamento para o futuro.

Falando de condições de contorno da universidade brasileira em geral e da pós-graduação em particular, não há como deixar de falar do impacto da ins-

tabilidade econômica e do lodaçal burocrático na produtividade de professores e pós-graduandos. A energia desperdiçada na simples tarefa de seguir vivendo e cumprindo com deveres de cidadão (os direitos ainda são poucos) é muito maior aqui que em países desenvolvidos. Minha experiência pessoal me faz avaliar que a

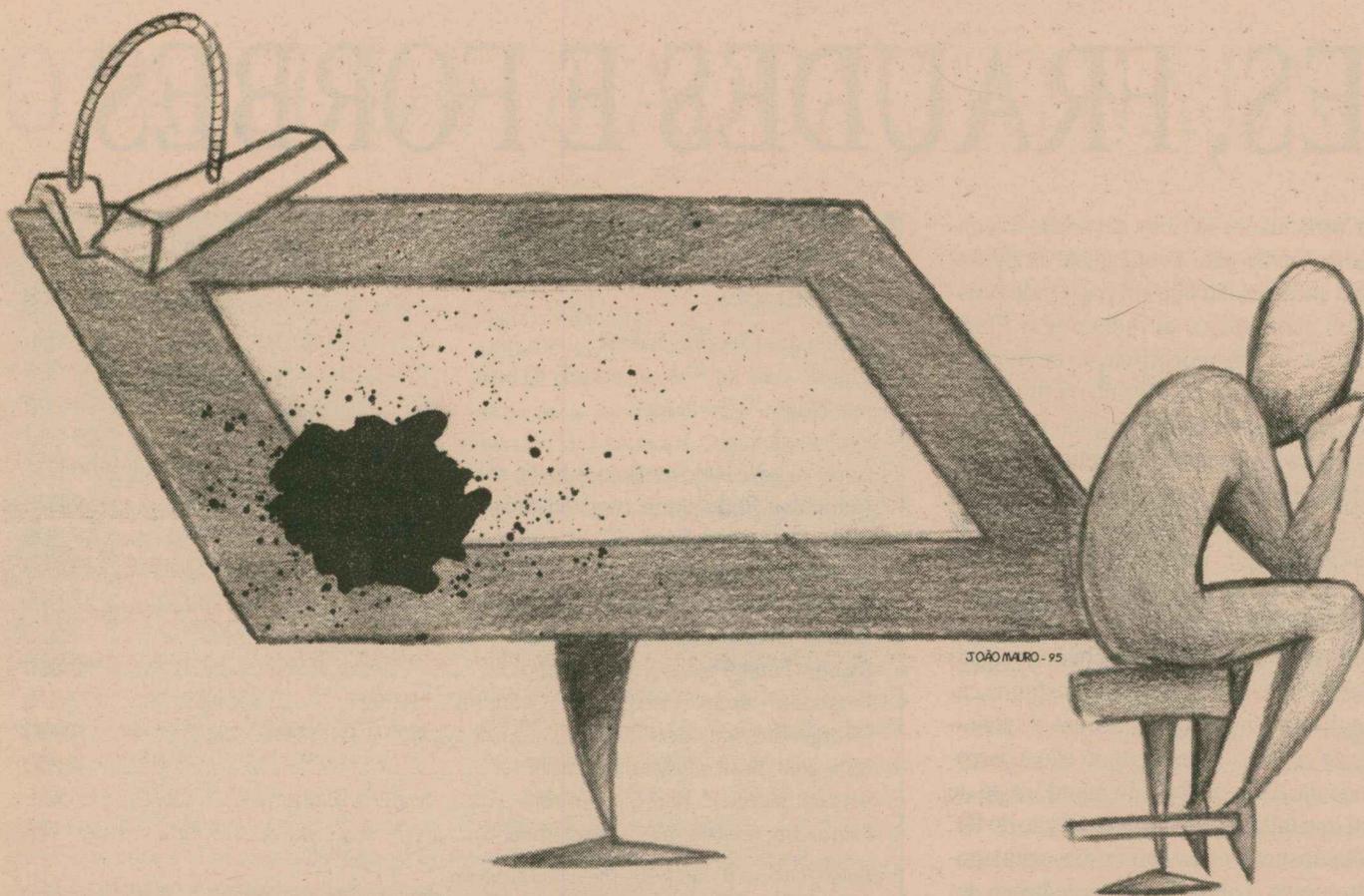
simples estabilidade econômica e a simplificação da burocracia oficial poderão trazer ganhos de até 30% na produtividade científica do país, por incrível que isso possa parecer.

Não parece haver grandes questões de conteúdo a serem resolvidas na nossa pós-graduação em engenharia. Os

Não há como negar que nossa presença no cenário internacional da pesquisa científica é, no mínimo, muito modesta, ficando muito aquém de seu potencial.

O setor produtivo privado habituou-se, ao longo de décadas de uma política de substituição de importações, a "comprar tecnologia", reproduzindo aqui, com atraso e qualidade inferior, a tecnologia gerada nos países desenvolvidos.

EDUCAÇÃO



JOÃO MAURO - 95

cursos e suas disciplinas estão bem estruturados, existe muito “fôlego” para a continuidade de suas atividades e mesmo para a criação de novos cursos. A questão maior que se coloca é quem está interessado e disposto a financiar estes cursos, ou seja, a formação de pós-graduandos em engenharia. O envolvimento do estado no custeio de bolsas e dos próprios cursos parece estar no seu limite e a tendência é de estabilização ou redução dos recursos públicos para a pós-graduação. Dado o quadro social do país, será difícil priorizar a expansão da pós-graduação.

Por outro lado, faltam definições ou mesmo balizamentos quanto ao que pesquisar. No passado, num cenário de pós-graduação incipiente e de indústria de substituição de importações, a simples reprodução no país de temas trazidos por pesquisadores que faziam seu doutoramento no exterior era tolerável.

Hoje, num cenário econômico onde a competição dá-se em escala mundial e levando em conta a dimensão e maturidade atingidos por nossa pós-graduação, esse mecanismo de escolha de temas por simples imitação não é mais aceitável. A explosão da informação, com o aumento exponencial do número de artigos e livros publicados, recoloca a questão central do objetivo da pesquisa e de sua relevância.

Nos EUA e na Europa é o volume de recursos alocados e a ênfase dos programas governamentais em uma determinada área que ditam a relevância da

mesma, sinalizando para a comunidade científica. No Brasil de hoje faltam estes sinais e a comunidade científica fica desorientada. Ao menos a curto e médio prazos, as próprias agências financiadoras federais e estaduais terão que assumir o papel de sinalizadoras e terão que aperfeiçoar os mecanismos de cobrança de resultados dos recursos investidos. É preciso sair do círculo vicioso do “não se liberam integralmente os recursos que o pesquisador solicita e, por outro lado, também não se cobram resultados”, pois para o país nada é pior do que esta situação.

Geralmente tendemos a minimizar a importância das questões de forma. Esquecemos que, sem a forma adequada, o conteúdo se perde. Tenho observado com tristeza o esforço honesto e intenso de muitos pós-graduandos perder-se completamente na falta de metodologia e rigor científico. Anos de trabalho e recursos públicos são mal aproveitados pela apresentação descuidada dos resultados e pela falta de divulgação na forma de publicações.

Nossos cursos de graduação não têm geralmente em seus *currícula* disciplinas de metodologia científica, redação científica e pesquisa bibliográfica. Nossos pós-graduandos partem geralmen-

te apenas da intuição como método de trabalho e desorientam-se frente a uma bibliografia cada vez mais extensa, cujo conteúdo não absorvem totalmente por dificuldades de língua. Não é preciso sublinhar os efeitos nefastos dessa situação.

A língua inglesa é talvez, por si só, o maior obstáculo na pesquisa que se faz hoje no Brasil. Um trabalho científico em engenharia não pode ser considerado devidamente divulgado se não tiver sido publicado em inglês numa revista de circulação internacional ou, na falta desta, num congresso interna-

cional de peso. E qual é a porcentagem de nossos pós-graduandos que têm a capacidade de redigir de forma aceitável um artigo em inglês, de modo que seu orientador possa, a exemplo de seus colegas no exterior, apenas revisá-lo e aprimorá-lo? Dez

por cento é provavelmente uma cifra otimista. É preciso reverter essa situação com urgência. Afinal, para um engenheiro capaz de tratar de temas sofisticados e complexos, a aprendizagem da leitura e redação em inglês não é um obstáculo insuperável. Basta dedicar à língua o esforço necessário, não negligenciando sua importância.

Mesmo a redação em português vem sendo cada vez mais um problema para

as novas gerações, que substituíram em grande parte o livro pela televisão. Em resumo, é preciso enfatizar a questão da linguagem na seleção de candidatos à pós-graduação, sinalizando sua importância para os que almejam segui-la.

Em nossas bibliotecas pode estar o alvo mais urgente a ser atacado, o investimento de retorno mais rápido. Bibliotecas que não se limitem a ser depósito de acervos, mas que ofereçam aos pós-graduandos treinamento e informações sobre metodologia e redação científicas e pesquisa bibliográficas, podem trazer melhorias significativas para a pós-graduação e a pesquisa nas universidades brasileiras.

As conquistas da pós-graduação em engenharia no Brasil são inquestionáveis. Atingimos níveis aceitáveis de formação de mestres e doutores, a partir de um núcleo inicial de pesquisadores formados no exterior. Os programas de pós-doutoramento permitem a reciclagem dos nossos pesquisadores universitários e abrem as portas da comunidade científica internacional para os doutores formados aqui. Se temos hoje massa crítica para a pesquisa em engenharia no Brasil é graças à pós-graduação.

Entretanto, existem limitações gritantes, como mostra a baixa presença brasileira no cenário científico internacional nas áreas de engenharia. Além disso, o aproveitamento pelo setor produtivo das pesquisas feitas no âmbito da nossa pós-graduação ainda é muito pequeno.

Por outro lado, novos paradigmas são colocados num cenário internacional em rápida evolução. Hoje pode-se dizer que **o melhor possível é o mínimo indispensável**. Não se podem mais tolerar a ineficiência e o desperdício em nenhum setor da sociedade, pois o preço é a perda de competitividade do país. Não há mais espaço para o “mais ou menos”.

Este cenário é desafiante, porém traz também grandes oportunidades. Há muito o que fazer no país para superar os problemas econômicos e sociais e dar melhores condições de vida para todos, através de um desenvolvimento auto-sustentado. A engenharia tem grande papel a desempenhar nessa tarefa e a pós-graduação terá que prover muitas das respostas às complexas questões técnico-científicas colocadas.

Prof. Dr. José Roberto de França Arruda - Departamento de Mecânica Computacional - FEM - UNICAMP

BRASIL

FRAUDES, FRAUDES E FORBES

Iran F. Machado

Mais uma vez, está a Nação brasileira estarecida com mais um escândalo chamado SIVAM. Se formos consultar o CD-ROM das fraudes brasileiras (alguém se habilita a criá-lo?), temos em período recente: a ferrovia Norte-Sul (era Sarney), a mega-fraude do Collor (um elenco inesgotável de fraudes e sub-fraudes), as fraudes do orçamento (palavra-chave: anões), as fraudes do INSS (divididas em duas categorias: saúde e previdência), as fraudes dos banqueiros (pobres vítimas do Plano Real), a fraude recente do bingo (jurisdição do Estado de São Paulo), etc. etc.1

Obviamente, temos de aceitar que a proliferação de fraudes não é, felizmente, uma idiossincrasia tupiniquim, ou seja, não foi devidamente patenteada no INPI. A ocorrência de fraudes multivariadas no Japão, Estados Unidos, França, México e outros países, atesta que o vírus anda aí à solta, tanto quanto o HIV. Todavia, a impunidade complacente e estimuladora reinante em nosso país sempre teve e terá o seu eco a nível de todos os sonegadores, traficantes, marginais e tantos outros fora-da-lei, além de um elenco não desprezível de milhões de indecisos. Pior que isso, já contaminou o aparelho policial, juízes e advogados. Nos Estados Unidos, por exemplo, com o seu Produto Interno Bruto de mais de US\$ 5 trilhões, o que seria do cidadão comum se cruzassem os braços o Poder Judiciário, o Ministério da Justiça (incluindo a Divisão Antitruste), a Federal Trade Commission, a Stock Exchange Commission (equivalente à nossa Comissão de Valores Mobiliários), o FBI, e tantos outros órgãos do governo? Suas funções são, dentre outras, estabelecer limites para o comportamento de tantos indivíduos impulsivos, compulsivos, ambiciosos, inescrupulosos, oportunistas, que existem lá e em todos os quadrantes desse planeta, cuidando do crime organizado e do desorganizado, também. É evidente que o PIB americano seria muito pouco para alimentar todos os sonhos consumistas de tantos empreendedores despreocupados com a sorte das massas do lado de lá. Mas nem tudo está perdido, e aí surge a idéia mágica da globalização. O crime também pode ser globalizado, ora pois pois...

Voltando à problemática do Brasil, caberia fomentar algumas iniciativas inovadoras. Por exemplo, que tal o aparecimento da Campanha Contra a Fome (leia-

se Voracidade) da Elite, destinada a aconselhar limites para a voracidade de alguns, cuja sofreguidão põe em risco todo o sistema econômico, aí incluídos o Plano Real, a melhor redistribuição de renda, a reforma agrária, a reforma da previdência, o programa de habitação, a reforma do sistema da saúde e da educação, etc.? Aparentemente, a adesão seria inexpressiva. Se o Betinho já pode trazer uma dor na consciência, imaginem um recado explícito contra aquilo que é considerado o instinto básico do ser humano pós-Muro de Berlim! Talvez muitos achem que qualquer medida balizadora dos instintos capitalistas primitivos irá refrear a "vontade de crescer", significando isto a derrocada da 10ª economia do mundo, a pá de cal que faltava depois da fundação do PT. Não obstante estas apreensões pequenoburguesas, a outra face da moeda que deveria minimamente preocupar os adeptos da "mão invisível" é a seguinte: o cidadão comum, este assalariado encontrado por aí anonimamente nas ruas, nos supermercados, nas fábricas, não pode ser considerado pelos governantes e pela elite um imbecilóide dentro da ordem econômica vigente; se houver uma percepção muito clara desse fenômeno pelo cidadão comum, o passo seguinte poderá ser a desobediência civil e, neste caso, a ingovernabilidade já terá acontecido. Não mais adiantarão pronunciamentos oficiais em cadeia de TV em horário nobre, cartas de intenção, campanhas publicitárias onerosas, arroubos de austeridade, etc. e tal. O paradigma será inevitavelmente o caos, com duas variantes: o caos organizado e o caos desorganizado, vulgo apocalipse.

Mas, afinal por que razão a elite anda tão indócil, se o Collor foi afastado (após queimar todos os cartuchos), o Itamar deu aulas de boas maneiras e, finalmente, vem o Fernando Henrique, um sociólogo da USP sem ambições materiais? Mesmo sem criar a Campanha Contra a Fome da Elite, órgãos como a FIESP ou a CNI poderiam colaborar com o governo para conter os mais impulsivos ou açodados. Cursos de educação continuada abordando temas importantes, tais como Ética e Capitalismo, Perdendo Hoje para Ganhar Amanhã, Os Limites do Capitalismo, Estará Você Ajudando o PT de Modo Inconsciente? e tantos outros, poderiam substituir esta agen-

OBJETOS DO DESEJO OU "CESTA BÁSICA" DA ELITE INTERNACIONAL

AMENIDADES	PREÇO EM US\$
Helicóptero Sikorsky S-76B	7.000.000
Jatinho Lear Jet 31A, standard, 10 pass.	4.595.000
late Nautor's Swan 68	2.292.700
Piscina olímpica	525.000
Casaco de pele Maximilian, Russian sable	200.000
Automóvel Rolls-Royce, mod. Silver Spur	169.900
Piano Steinway & Sons.	68.800
Quadra de tênis	45.000
Univ. Harvard, anuidade, aloj. e refeições	27.575
Sauna, 8x10x7 pés, cap. 8 pessoas	11.070
Relógio Patek-Philippe, masculino	10.800
Passagem aérea, Concorde, N.Y.-Londres	9.018
Cirurgia plástica, face-lift	8.900
Spa, unid. básica (semanal), Calif.	4.250
Advogado, fee (1 hora), Nova York	425
Psiquiatra, fee (45 min.), Nova York	175

Fonte: Forbes 400, 16/10/95 - The cost of living well Index, 1976 = 100 Consumer Price Index, 1995 = 270 Forbes Cost of Living Extremely Well Index, 1995 = 600

da já monótona sobre Gestão da Qualidade Total, Reengenharia de Empresas, Desenvolvimento Sustentável, A Economia Verde, Downsizing, etc. Se algum executivo achar que existe uma veia cômica na sugestão, é importante que ele ainda tenha tempo de colocar os pés no chão. Muito recentemente, nos Estados Unidos foi apresentado um projeto para regulamentar a instituição do "lobby"2, que, em qualquer lugar do mundo, é a ante-sala dos grandes negócios. Se isso for considerado aqui um impulso anti-empresarial, o executivo insatisfeito poderá passar uma semana não tão agradável em Washington, D.C., para se inteirar dos detalhes. Peça ao motorista de táxi para levá-lo a Capitol Hill. As agências de viagem fornecem descontos para grupos.

Mais uma vez, por que alguns representantes da elite brasileira continuam apostando tanto na fraude, mesmo sabendo que isso desgasta a imagem de estadista de FHC e depõe contra instituições como o Itamaraty, Febraban, associações de classe empresariais e tantas outras?

Bem, uma das respostas pode estar de modo subliminar num artigo da revista Forbes, de 16 de outubro de 1995. Um jornalista fez um levantamento do preço corrente de alguns objetos do desejo de membros da elite mundial em 1976 e 1995, uma espécie de cesta básica (vide quadro abaixo). O resultado foi frustrante: o preço das

amenidades (iate, jatinho helicóptero) cresceu muito mais que a inflação do período. Em outras palavras, a agressividade do fraudador de hoje terá de ser muito maior que a do fraudador de ontem, do contrário ele poderá escorregar e cair na vala comum do assalariado anônimo da classe média, às vezes com formação universitária, que paga todos os seus impostos, transita num automóvel que não lhe confere status, ou anda humildemente de metrô, empurra o carrinho do supermercado, enfrenta a fila interminável do caixa, e acompanha pela mídia as fraudes de cada dia. Tornar-se um assalariado, Nunca!, Never!, Antes la muerte! repete no seu subconsciente o homem empreendedor sem amarras, o motor do neoliberalismo salvador, a locomotiva do progresso na era da modernidade. A sua volúpia desafia todos os partidos políticos e ignora com absoluto desdém se o presidente da vez tem pretensões a estadista ou, como no passado recente, é alguém que definitivamente quer saquear os cofres públicos e privados. Afinal, a globalização veio nivelar os desejos da elite nos dois hemisférios. Não existem mais cidadãos de países do Norte ou do Sul, do Ocidente ou do Oriente. Os Estados estão dando lugar aos Blocos. A divisão é agora mais pragmática: Ricos e Pobres. In e Out. Ou então Incluídos e Excluídos. Mas, o equilíbrio do sistema como fica? - Este é um problema para as futuras gerações, bocejaja o fraudador de alto nível.

Iran F. Machado é professor convidado do Instituto de Geociências - UNICAMP.

"Obviamente, temos de aceitar que a proliferação de fraudes não é, felizmente, uma idiossincrasia tupiniquim, ou seja, não foi devidamente patenteada."

COTIDIANO

INVERTENDO OS VALORES

Denise M. Takeya

No contexto político atual de discussão da estabilidade do funcionalismo público, o caso dos professores fantasmas da UFRN merece atenção especial. Um deles, entretanto, pelos desdobramentos que vem tendo, deve se manter como foco da atenção de todos aqueles que, mais do que funcionários públicos, se esforçam pela construção de uma Universidade digna.

Trata-se do caso da “professora” Antônia Régia de Mendonça Fernandes. Contratada como “professora” colaboradora em 1977 no Departamento de Filosofia, História e Geografia, ela nunca entrou numa sala de aula, residiu em Brasília durante todos esses anos e é desconhecida até mesmo de antigos professores do Departamento de História, onde é atualmente lotada.

Até os anos 90, usufruiu de formas de proteção que lhe possibilitaram: manter-se permanentemente “cedida” a órgãos de Brasília, com garantias de percepção de seu salário pela UFRN e com ascensão funcional à categoria de Professor Assistente 4, em regime de dedicação exclusiva.

Em junho de 1993, foi instalada pela Reitoria uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar,

composta por dois professores do Departamento de História e um funcionário da Universidade. A Comissão, por mim presidida, depois de meses de árduo e minucioso trabalho, entregou ao Reitor um Relatório Final, datado de 16 de setembro de 1993, sugerindo a aplicação de pena de demissão à servidora por “abandono de cargo”.

Em sua conclusão, diz o Relatório: “Manifestamos nossa profunda estranheza com a evolução do caso em pauta. Observa-se um desrespeito aos Órgãos Colegiados que se expressou no fato de que, por um lado, o Departamento de lotação da indiciada não opinou, e, por outro, a legislação da UFRN, aprovada nos Colegiados, não foi considerada. A contra face desse desrespeito reside no arbítrio de alguns reitores envolvidos no caso, secundados por outros titulares de cargos públicos da UFRN e fora dela. Uma determinada concepção de Universidade permeou todo esse processo, concepção que contradiz a Universidade Pública como espaço por excelência da pesquisa, do ensino e da extensão, entendendo-a, ao contrário, como espaço possível de satisfação de interesses pessoais. Se é esta a constatação que fazemos, ao seu lado registramos, com satisfação, a ocorrência de procedimentos merecedores de elogios que a momentos ex-

pressaram-se, numa clara manifestação da existência daqueles que se esforçam na construção de uma universidade digna e renovada”.

Acatado o Relatório pelo Reitor, foi o processo encaminhado ao Ministério da Educação e do Desporto para as medidas cabíveis. A servidora em questão não só não foi punida, como ainda foi “agraciada” com uma transferência para a Secretaria de Assuntos Estratégicos a partir de 4 de outubro de 1993, como sempre “sem prejuízo dos salários ou renumeração do cargo, função, emprego ou comissão, bem como de todos os direitos e vantagens a que faça jus” (ofício nº 866/93 de 22 de setembro de 1993 do Secretário-Adjunto daquele órgão).

Você está perplexo, cidadão-leitor? Pois o mais grave no caso em pauta está ocorrendo agora.

Por ofício E.M. nº 161/GAB/MARE, de Brasília, datado de 23 de junho de 1995, assinado pelo Ministro da Administração Bresser Pereira e dirigido ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Bresser diz que o Ministério da Educação e do Desporto submeteu à apreciação de seu Ministério o processo em pauta, em que se propõe a demissão da servidora.

Argumentando a “detecção” de “irregularidades” jurídicas, declara a “nulidade total do processo discipli-

nar, com a conseqüente constituição de nova comissão”. E mais: recomenda, ainda, “a apuração de eventual responsabilidade administrativa, penal e civil da comissão processante”.

Eu, leitor-cidadão, que fui presidente da comissão a ser eventualmente “punida”, pertencço ao quadro docente da UFRN há 16 anos e respondo por minha atividade acadêmica no ensino e na pesquisa. Tenho mestrado, doutorado, livros e artigos publicados e sou pesquisadora do CNPq.

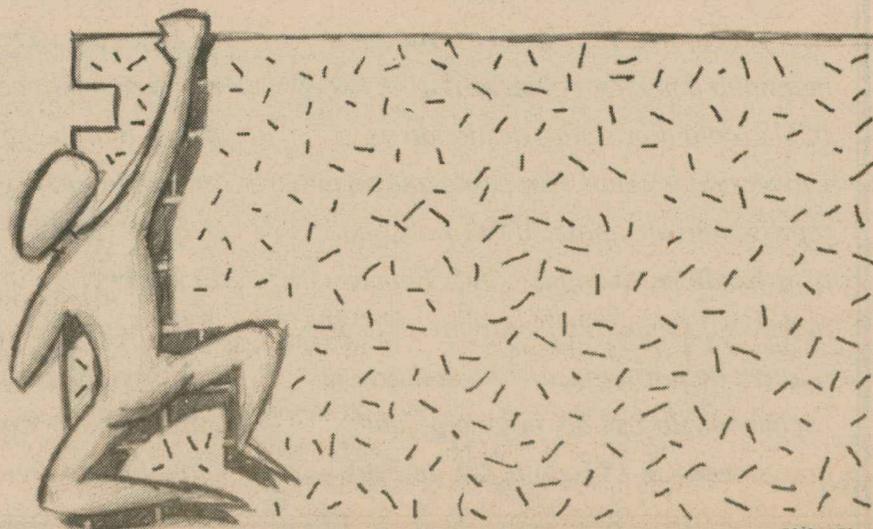
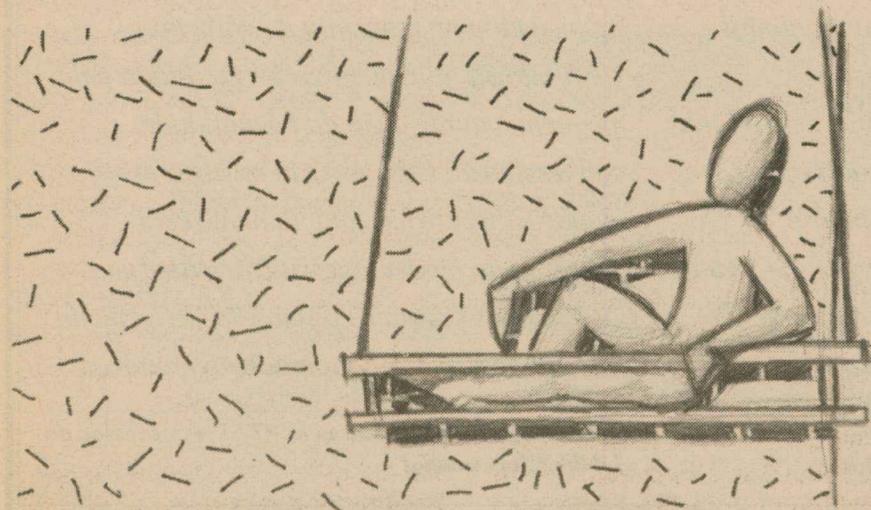
Nessa inversão total dos valores, na condição de membro da comunidade universitária e de cidadã desse país, nego-me a passar de acusadora a ré, nego-me a aceitar a impunidade e o tipo de “estabilidade da funcionária pública” em questão.

Em tempo: pela Portaria nº 845/95-R, de 16 de agosto de 1995, o Reitor da UFRN anulou o Processo Administrativo Disciplinar do caso e constituiu nova Comissão.

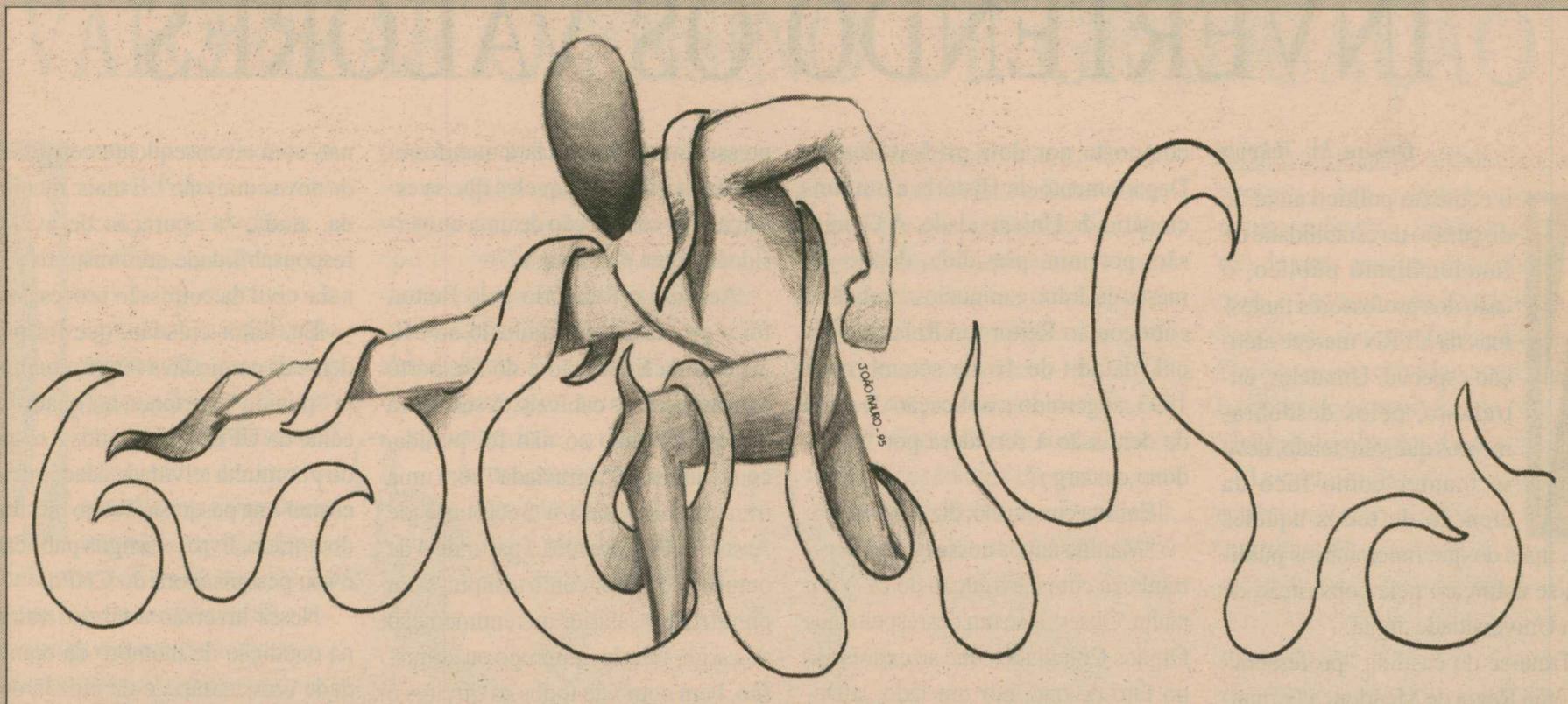
Enquanto isso, a “servidora” em questão foi designada para a função de “auxiliar” na Secretaria Geral da Presidência da República (Portaria nº 490-SG, de 12 de maio de 1995 do Secretário-Geral Eduardo Jorge Caldas Pereira)

Denise Monteiro Takeya, professora Adjunto IV do Departamento de História

*Este artigo foi originalmente publicado em O Poti, Natal (RN)



UNIVERSIDADE



Autonomia universitária em jogo

Prof. José Baccarin

Há fortes indícios, vindos especialmente da Secretaria da Ciência e Tecnologia, de que o Governo do Estado pretende questionar a Autonomia Universitária. Uma das armas para isso seria o constrangimento financeiro, já evidenciado na apresentação, nas discussões e na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1996.

Na proposta da LDO enviada à Assembléia Legislativa, o governador mantinha o percentual mensal de 9,57% do ICMS (cota do Estado) destinado às Universidades em 1996, desde que no ano o repasse não ultrapasse o valor absoluto transferido neste ano de 1995. É uma maneira dissimulada de propor a queda relativa da participação universitária no orçamento do Estado, pois, supondo crescimento de 15% do ICMS de 1995 para

1996, o percentual das universidades cairia de 9,57% para 8,32%. Estaríamos em situação pior de que há 8 anos, quando o percentual era de 8,4%.

Nas discussões da LDO, algumas emendas foram apresentadas, inclusive uma de nossa autoria prevendo a ampliação da participação das universidades para 11% do ICMS, vinculada ao cumprimento da Constituição Estadual que prevê 30% das vagas em cursos noturnos e ampliação de 5% nas vagas no curso de graduação.

Quando a análise da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento, conseguimos manter no parecer da Comissão o percentual de 9,57% para 1996 sem o limite pretendido pelo governador. Foi a única derrota que conseguimos impor ao Executivo pela apertada margem de 5 votos a 4. A reação da bancada governista não tardou e na votação em plenária as universidades foram derrotadas e a autonomia sofreu um arranhão.

O que acabou sendo aprovado é que apenas 25% do adicional da arrecadação de 1996 em relação a 95 será repassado para as Universidades. Assim, se continuarmos supondo crescimento de 15% do ICMS, a participação da universidades cairá de 9,57% para 8,63% da cota parte do Estado do ICMS.

Além do PT, votaram a favor das Universidades o PSB, o PRN, o PC do B e o PMDB. Contra a manutenção dos 9,57% votaram o PFL, o PDT, o PL, o PTB, o PSD e o partido do governador, o PSDB. O PPR se ausentou no momento da votação.

A vitória do Executivo foi facilitada pela pequena mobilização da comunidade universitária. É necessário reverter este quadro, discutirmos amplamente esta situação no meio universitário e ficarmos atentos aos próximos passos do Governo do Estado contra a Autonomia Universitária.

José Baccarin, deputado pelo PT-SP e professor da UNESP/Jaboticabal